

INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

ÍNDICE

A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.....	3
<i>Integração e inclusão.....</i>	<i>5</i>
<i>Aprendizagem da língua portuguesa</i>	<i>6</i>
<i>Participação e envolvimento da família</i>	<i>8</i>
<i>Referências</i>	<i>10</i>

FICHA TÉCNICA

Título

INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Autor

Direção-Geral da Educação

Editor

Ministério da Educação

Diretor-Geral da Direção-Geral da Educação

José Vítor Pedroso

Data

2022

A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A Convenção dos Direitos da Criança reconhece que o acesso à educação é um direito de todas as crianças, especificando que essa educação tem como base a igualdade de oportunidades (artigos 28.º e 29.º).

Na mesma linha de pensamento, Portugal assume que a educação é um meio privilegiado de promover a justiça social e a igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens na formação do indivíduo como cidadão participativo no exercício da cidadania e de aprendizagem ao longo da vida.

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida e destina-se às crianças entre os 3 anos e a idade de ingresso na escolaridade obrigatória (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro). Os contextos de educação pré-escolar de qualidade são potencialmente espaços para a construção de relações sociais positivas e para o desenvolvimento de sentimentos de pertença à família, à comunidade e à cultura.

No atual contexto de guerra na Ucrânia, Portugal é um dos países disponível para acolher refugiados. Entre estes existirão crianças em idade pré-escolar, pelo que urge dar uma resposta célere e eficaz na sua integração num jardim de infância. Na verdade, a educação permite às crianças que vivem em situação de conflito, instabilidade e ou catástrofes, um sentido de normalidade e de esperança no futuro. Para além disso, proporciona-lhes a possibilidade de desenvolver competências necessárias para que possam construir uma vida melhor, mais segura e mais saudável para elas, suas famílias e comunidades.

O Ministério da Educação assume que as crianças cuja língua materna não é o português têm direito à igualdade de oportunidades e a condições de equidade no acesso à educação, independentemente da sua língua, cultura, estatuto social, origem e idade.

Neste âmbito, a aprendizagem da língua portuguesa deverá iniciar-se o mais precocemente possível, pois trata-se do principal fator para a integração e a promoção das aprendizagens.

O documento normativo que regula a construção e a gestão do currículo, nesta etapa, *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE)*, sublinha o direito de inclusão de todas as crianças, independentemente da sua nacionalidade, língua materna, cultura,

religião, etnia, orientação sexual de membros da família, das suas diferenças a nível cognitivo, motor ou sensorial. Para tal, os profissionais de educação devem respeitar as características individuais de cada criança, garantindo o direito de todas à educação, sendo a diversidade considerada um meio para enriquecer as experiências de aprendizagem de cada uma. Assim se inicia a construção das bases para o desenvolvimento das áreas de competências estabelecidas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, a serem consideradas e desenvolvidas desde a educação pré-escolar.

Os *fundamentos e princípios da pedagogia* para a infância em que assentam as OCEPE enfatizam uma visão da criança e do modo como esta aprende e se desenvolve, destacando a qualidade do clima relacional em que cuidar e educar estão intimamente relacionados. Estes fundamentos de que decorrem princípios orientadores estão articulados entre si e são os seguintes:

1. *O desenvolvimento e a aprendizagem como vertentes indissociáveis no processo de evolução da criança, o que pressupõe considerar a identidade única e singular da criança, com necessidades, interesses e características próprias e o reconhecimento e a valorização do seu meio cultural e familiar;*
2. *O reconhecimento da criança como sujeito e agente do processo educativo, reconhecendo à criança o direito a ser escutada e as suas opiniões serem tidas em conta;*
3. *A exigência de resposta a todas as crianças, no reconhecimento de que todas têm direito a uma educação de qualidade, tendo por base a igualdade de oportunidades;*
4. *A construção articulada do saber, o que implica que o desenvolvimento e a aprendizagem se processem de forma holística.*

A criação de ambientes educativos promotores de relações afetivas significativas com crianças e adultos que facilitem a comunicação, promovam o acolhimento, o respeito e a valorização da língua é ainda mais premente no acolhimento e inclusão das crianças refugiadas e suas famílias.

Sabe-se que a oportunidade de estabelecer interações positivas com outras crianças e adultos facilita e promove a aquisição do domínio da linguagem oral e da língua não materna. Por isso, é necessário que o contexto de educação pré-escolar promova ocasiões que motivem a interação e a partilha entre as crianças, a partir das suas vivências, pois comunicar é essencial, sendo a linguagem oral uma competência central nesta faixa etária.

Outro aspeto fundamental prende-se com o bem-estar emocional e físico das crianças, pelo que o educador/a deverá estar atento/a e dar resposta às suas necessidades e solicitações, proporcionando, desta forma, um ambiente securizante onde todas se sintam escutadas e valorizadas.

Integração e inclusão

Ao adaptar o currículo ao contexto social, às características das crianças e suas famílias e à evolução das aprendizagens de cada criança e do grupo, cada educador/a encontrará as melhores propostas e estratégias que se adequem ao seu grupo. O mais importante é que as crianças sintam confiança para comunicar, partilhem o que fazem e o que querem fazer, recebendo do/a educador/a *feedback* positivo, o que as fará sentir-se motivadas, confiantes e integradas. As interações significativas que se estabelecem com as crianças desenvolvem o sentimento de pertença a um grupo, sem que cada uma perca a sua individualidade.

Neste âmbito, cabe à educação pré-escolar promover experiências que potenciem a aprendizagem cooperada, “onde as crianças têm oportunidade de confrontarem os seus pontos de vista e de colaborarem na resolução de problemas ou de dificuldades colocadas (...)” e que potencie a sua crescente autonomia e independência (OCEPE, p.25).

Apresentam-se, de seguida, algumas propostas de ação que facilitam a **integração e inclusão** das crianças refugiadas no jardim de infância:

- Procurar obter informação sobre a criança e a sua família com sensibilidade e respeito (ex. como se pronuncia o seu nome, quais os hábitos alimentares, o que gosta e não gosta de fazer, se já frequentou um jardim de infância no seu país, qual é a profissão dos pais, se tem familiares que frequentem a mesma escola...);
- Convidar outras crianças ou jovens que tenham a mesma língua materna, que já falam português e que frequentam a escola, para ajudar na comunicação inicial entre o jardim de infância e a criança;
- Desafiar uma das crianças do grupo a ser “padrinho” ou “madrinha” da criança refugiada para lhe dar a conhecer os diversos espaços e a apoiar na rotina e na realização das atividades e projetos;
- Prestar atenção ao bem-estar emocional e físico das crianças refugiadas e procurar dar resposta às suas necessidades e solicitações;

- Promover a capacidade de resiliência das crianças, fomentando a propensão para enfrentar desafios e procurando entender e valorizar os seus pontos fortes;
- Procurar responder às dúvidas das crianças, entender os seus medos e estar atento aos seus estados emocionais;
- Descobrir, com o grupo, de que país são oriundas as crianças refugiadas, onde se situa, que língua falam, que hábitos alimentares têm, quais as crenças e culturas, que celebrações de efemérides festejam (usando diversos recursos, como, por exemplo, livros de imagens, histórias, canções, vídeos, narrativas, informação na internet, etc.).
- Consultar, divulgar junto das famílias e utilizar alguns recursos educativos *online* da plataforma da Ucrânia que incluem:
 - o jardim de infância online NUMO ([NUMO online kindergarten](#)) com atividades em vídeo para crianças dos 3 aos 6 anos (uma colaboração entre a UNICEF e o MECU);
 - versões digitais de livros didáticos na biblioteca eletrónica [IMZO](#);
 - uma [lista de escolas e organizações](#) que podem ajudar crianças e famílias indicada pelo MECU.

Aprendizagem da língua portuguesa

O facto de estas crianças falarem outras línguas que não o português exige que toda a equipa educativa tenha em conta as possíveis dificuldades de comunicação e de inclusão destas crianças, devido também às diferenças entre as culturas de origem e a cultura de acolhimento. Por isso, compete à equipa educativa criar um clima de comunicação e de confiança, onde estas crianças se sintam acolhidas, escutadas e valorizadas na sua língua materna, cultura e saberes.

Conforme os *Fundamentos e Princípios* das OCEPE, bem como as metodologias nelas expressas, a aprendizagem da língua portuguesa deverá integrar-se de forma natural no quotidiano do jardim de infância e articular-se com as diferentes áreas e domínios, implicando todas as crianças e adultos que fazem parte do grupo, numa perspetiva colaborativa.

É também importante respeitar o ritmo de cada criança e ter em conta que, antes de conseguirem dizer frases em português, as crianças passam por uma fase de silêncio e observação em que compreendem mais do que conseguem produzir.

Para ajudar as crianças a compreenderem o que lhes é dito em português, devem ser dadas instruções breves, usando estruturas gramaticais e vocabulário simples, articulando o discurso de forma pausada e clara, repetindo palavras-chave, sempre que necessário. À medida que o nível de proficiência das crianças for aumentando, poderá usar-se estruturas gramaticais e vocabulário mais complexos.

É necessário selecionar criteriosamente aquilo que se corrige, pois corrigir sistematicamente a criança poderá inibi-la e levá-la a evitar falar, o que prejudicará o seu desenvolvimento linguístico. É de salientar que o erro faz parte do processo de aprendizagem de uma língua.

Apresentam-se alguns exemplos de propostas que facilitam a **aprendizagem da língua portuguesa**:

- Criar oportunidades para as crianças brincarem com materiais pedagógicos que promovam o desenvolvimento da linguagem (identificação de sons, vocabulário, mensagens);
- Promover a comunicação entre crianças e crianças e adultos em vários momentos da rotina diária (refeições, recreios, atividades entre pares, em pequeno e grande grupo);
- Criar oportunidades para as crianças contarem ou criarem as suas próprias histórias, recorrendo a pequenas frases e apoiando-se na comunicação não verbal (ex.: mímica, desenhos, imagens, fantoches);
- Utilizar a exploração da comunicação não verbal (ex.: mímica, jogo dramático, teatro), que constitui um importante suporte da comunicação oral;
- Convidar as crianças a identificar algumas especificidades da sua língua materna (ex.: sonoridade, significado de algumas palavras, semelhanças ou diferenças);
- Elaborar com as crianças dicionários ilustrados de português e da sua língua materna;
- Repetir com sistematicidade verbos de ação, como, por exemplo, correr, parar, saltar, andar, abrir (a porta), calçar (os sapatos), vestir (o casaco);
- Encorajar as crianças a expor as suas ideias, ajudando-as a fazê-lo de modo mais consistente, de acordo com as competências de cada uma;
- Demonstrar interesse pela criança e pela sua língua materna, usando, no grupo, algumas palavras-chave nessa língua, embora a comunicação deva ser estabelecida predominantemente em português;
- Recorrer a imagens ou apontar para os objetos, usando também linguagem corporal para ajudar a criança a associar as palavras aos objetos;

- Descrever o que a criança está a fazer enquanto ela executa uma ação, como por exemplo: “Estás a construir uma torre muito alta”;
- Explorar o carácter lúdico da língua, através de histórias, rimas, lengalengas, trava-línguas e adivinhas, para que a criança sinta prazer em lidar com as palavras, inventar sons e descobrir relações;
- Respeitar o ritmo de cada criança, de modo a que esta não se sinta demasiado pressionada para falar em português.

Participação e envolvimento da família

Os contextos sociais mais fragilizados colocam ao jardim de infância um duplo desafio de inclusão social e de envolvimento das famílias, na medida em que estas famílias estão a viver uma situação de desconhecimento da cultura e costumes do país de acolhimento, o que pode gerar um sentimento de desconforto sobre os assuntos da educação dos seus filhos.

Tal facto exige uma concertação de esforços entre o estabelecimento educativo, os serviços da comunidade, as entidades locais e as famílias, para que se assegure a qualidade na educação destas crianças. É fundamental que todos tenham consciência da necessidade de participarem, de se envolverem nos processos de integração e inclusão destas famílias e suas crianças, fazendo convergir os recursos multifacetados de cada um para o benefício de todos.

Assim, o jardim de infância tem um papel essencial na promoção de processos de equidade e justiça social necessários a uma aprendizagem eficaz e promotora de um percurso escolar bem-sucedido.

Nesse sentido, o envolvimento das famílias permite criar uma relação empática, consolidar a confiança na equipa pedagógica e promover espaços para partilhar constrangimentos, dúvidas e receios. O estabelecimento de relações de confiança e de parceria permite um melhor conhecimento da criança, tornando possível construir estratégias educativas que contribuam para uma maior igualdade de oportunidades relativamente às condições de vida e aprendizagens futuras, sobretudo para as crianças cuja cultura familiar está mais distante da cultura escolar (OCEPE).

As OCEPE reiteram esta ideia ao afirmarem que os pais/famílias e os estabelecimentos de educação pré-escolar são dois contextos sociais que contribuem para a educação da mesma

criança, o que requer o estabelecimento de uma relação efetiva e parcerias autênticas entre a família e o contexto educativo.

Deste modo, apresentam-se algumas estratégias facilitadoras da **participação e envolvimento das famílias**:

- Criar um clima acolhedor na receção destas famílias, recorrendo a alguém que possa traduzir e facilitar a comunicação;
- Recolher informação sobre a família e a criança (a situação familiar atual, as suas especificidades, como se estão a adaptar à realidade portuguesa, que dificuldades sentem...);
- Fazer uma visita guiada aos espaços do jardim de infância, para que a família os conheça e perceba as suas funções, intencionalidades e potencialidades;
- Disponibilizar informação clara e simples na língua materna das famílias e/ou utilizar linguagem pictórica e esquemas, nos espaços físicos comuns do jardim de infância (entrada/portaria, corredores e outros);
- Elaborar um folheto na língua materna das famílias com informação essencial sobre o funcionamento do jardim de infância;
- Promover sentimentos de pertença como, por exemplo, recorrendo a imagens, obras de arte e artefactos pertencentes às diversas culturas em presença;
- Desafiar as famílias a participar no desenvolvimento de projetos e atividades do grupo de crianças, contribuindo para a aprendizagem de todas e para a formação da sua identidade e cidadania;
- Escutar, apoiar e aprender com as famílias, valorizando os seus saberes, identidades e culturas;
- Informar sobre atividades, eventos e recursos da comunidade envolvente, de forma a promover a inclusão das famílias e alargar o seu conhecimento sobre os recursos existentes.

Referências

Direção-Geral da Educação., Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (2020). *Crianças e jovens beneficiários ou requerentes de proteção internacional Guia de Acolhimento Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário*. Disponível em: http://dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Crianças_jovens_refugiados/guia_acolhimento_requerente_de_asilo_e_beneficiarios_de_protecao_internacional.pdf

Lopes da Silva, I., Marques, L., Mata, L. e Rosa, M. (2016a). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: ME/DGE. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/ocepe/sites/default/files/Orientacoes_Curriculares.pdf

Madeira, A., Teixeira, J., Botelho, F., Costa, J., Deus, S. Fiéis, A., Machete, T., Militão, P., Pessoa, I., e Sousa Martins, A. (2014). “Português Língua não Materna: Linhas de trabalho para a Educação Pré-Escolar” in *Avaliação de impacto e medidas prospetivas para a oferta do Português Língua Não Materna (PLNM) no Sistema Educativo Português*. Lisboa: ME/DGE. Disponível em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/EBasico/PLNM/3_linhas_de_trabalho_educacao_pre-escolar_plnm.pdf

Mata, L., Pedro, I. (2021). *Participação e envolvimento das famílias: Construção de parcerias em contextos de educação de infância*. Lisboa: ME/DGE. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/participfamilias.pdf>

UNICEF, Comité Português (2019) *Convenção sobre os Direitos da Criança (Edição revista)*.

DGE — 15/03/2022